



BANCO TRICURY S.A.

C.N.P.J. nº 57.839.805/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas
Apresentamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. (Banco) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro		(Em milhares de reais)	
	2023	2022	
ATIVO			
Ativo Circulante	616.994	601.165	
Disponibilidades	878	396	
Instrumentos financeiros	585.632	573.969	
• Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 3)	364.023	348.065	
• Operações de crédito (nota 4)	221.609	225.904	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.534)	(2.139)	
• (-) Operações de crédito (nota 5)	(8.534)	(2.139)	
Outros valores e bens (nota 8)	4.944	3.914	
Outros ativos (nota 9)	14.606	4.169	
Outros ativos (nota 9)	19.468	20.856	
Ativo Não Circulante	153.274	146.795	
Realizável a longo prazo	152.778	146.658	
Instrumentos Financeiros	128.284	105.730	
• Operações de crédito (nota 4)	128.284	105.730	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.331)	(925)	
• (-) Operações de crédito (nota 5)	(2.331)	(925)	
Ativos fiscais diferidos (nota 7)	5.166	1.608	
Outros valores e bens (nota 8)	19.478	21.503	
Outros ativos (nota 9)	2.181	18.742	
Imobilizado de uso	1.207	997	
Intangível	124	113	
(-) Depreciações e amortizações	(835)	(963)	
Total do Ativo	770.268	747.960	

nas demonstrações contábeis se referem à instituição individual. Em 2023, as operações do Banco se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis. A carteira de crédito encerrado no exercício social de 2023 em R\$ 349.893 mil, os recursos captados em R\$ 462.174 mil, o

Demonstrações do Resultado		(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)	
	2023	2022	
Recetas da intermediação financeira	65.567	126.901	109.858
• Operações de crédito	44.912	86.726	72.738
• Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.655	40.175	37.120
• (Provisão)/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5)	(28.055)	(56.673)	(52.971)
Despesas da intermediação financeira	(30.389)	(64.614)	(52.580)
• Operações de captação no mercado	20.655	40.175	37.120
• (Provisão)/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5)	(2.334)	(7.941)	391
Resultado bruto da intermediação financeira	35.178	62.287	57.278
Outros receitas/despesas operacionais	(10.501)	(21.077)	(18.244)
• Receitas de prestação de serviços	4	8	17
• Rendas de tarifas bancárias	24	79	67
• Despesas de taxa (nota 16)	(6.964)	(13.619)	(12.538)
• Outras despesas administrativas (nota 17)	(2.591)	(5.541)	(5.372)
• Despesas tributárias	(1.805)	(3.525)	(3.068)
• Outras receitas operacionais	916	1.875	2.933
• Outras despesas operacionais	(85)	(354)	(283)
Resultado operacional	24.677	41.210	39.034
Resultado não operacional (nota 19)	7.608	12.721	7.177
Resultado antes da tributação sobre o lucro	32.285	53.931	46.211
Imposto de renda e contribuição social (nota 10)	(10.648)	(16.142)	(13.384)
Lucro líquido do semestre/exercício	21.637	37.789	32.827
Lucro líquido do semestre/exercício por lote de mil ações (em reais)	55,97	97,76	84,92

Atuação em 2023 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior. Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios. São Paulo, 28 de fevereiro de 2024.

A Administração

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		(Em milhares de reais)	
	2023	2022	
Lucro líquido do semestre/exercício	21.637	37.789	32.827
Depreciações e amortizações	61	102	92
Provisão/(reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2.334	7.941	(391)
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	24.032	45.832	32.528
(Aumento)/redução em operações de crédito	11.896	(18.399)	(21.113)
(Aumento) em ativos fiscais correntes	(2.821)	(1.030)	(213)
(Aumento)/redução em ativos fiscais diferidos	(1.010)	(3.558)	294
(Aumento)/redução em outros valores e bens	(4.838)	(8.412)	15.852
Redução em outros ativos	12.339	17.949	6.034
Aumento/(redução) em depósitos	13.878	(7.860)	32.748
Aumento/(redução) em recursos de letras de crédito imobiliário	(829)	10.593	4.277
Aumento em obrigações por repasses	(137)	218	335
Aumento/(redução) em provisões	11.662	7.770	2.350
Aumento em obrigações fiscais correntes	158	72	(12)
(Redução) em resultados de exercícios futuros	-	-	(14)
Caixa líquido proveniente/aplicado das atividades operacionais	40.183	(2.571)	34.216
Aquisição de imobilizado de uso	(446)	(451)	-
Aquisição de intangível	-	(10)	(16)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(446)	(461)	(160)
Dividendos pagos	(400)	(8.520)	(960)
Juros sobre o capital próprio	(8.440)	(17.840)	(16.600)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento	(8.840)	(26.360)	(17.580)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	54.299	16.440	49.168

Demografia da variação do caixa e equivalentes de caixa
No início do semestre/exercício: 309.972 348.461 299.293
No fim do semestre/exercício: 364.901 364.901 348.461
Aumento de caixa e equivalentes de caixa **54.299** **16.440** **49.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

2º SEMESTRE DE 2023	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Estatutárias	(2.175)	264.219
Saldos em 30 de junho de 2023	3.585	47.809	-	264.219
Lucro líquido do semestre	-	-	21.637	21.637
Destinações:				
Reserva legal	1.082	-	(1.082)	-
Reserva estatutária	-	9.540	(9.540)	-
Dividendos (R\$ 1,03/lote de mil ações)	-	-	(400)	(400)
Juros sobre capital próprio	-	-	(8.440)	(8.440)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.667	57.349	-	277.016
Mutações do 2º semestre de 2023	1.082	9.540	2.175	12.797
EXERCÍCIO DE 2023	2.778	47.809	-	265.587
Lucro líquido do exercício	-	-	37.789	37.789
Destinações:				
Reserva legal	1.889	-	(1.889)	-
Reserva estatutária	-	9.540	(9.540)	-
Dividendos (R\$ 22,04/lote de mil ações)	-	-	(8.520)	(8.520)
Juros sobre capital próprio	-	-	(17.840)	(17.840)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.667	57.349	-	277.016
Mutações do exercício de 2023	1.889	9.540	-	11.429
EXERCÍCIO DE 2022	1.136	34.184	-	250.320
Lucro líquido do exercício	-	-	32.827	32.827
Destinações:				
Reserva legal	1.642	-	(1.642)	-
Reserva estatutária	-	13.625	(13.625)	-
Dividendos (R\$ 2,48/lote de mil ações)	-	-	(960)	(960)
Juros sobre capital próprio	-	-	(16.600)	(16.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.778	47.809	-	265.587
Mutações do exercício de 2022	1.642	13.625	15.267	15.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O Banco Tricury S.A. ("Banco" ou "Instituição") transformado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 - 17º Andar - cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atuando nas cartéis de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas: 2.1. Base de apresentação: As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) reconhecidos pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através das Resoluções CMN nº 4.720/19 e nº 4.818/20, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passarão a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exatidão, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis: As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados com disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.2.2. Instrumentos financeiros: Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **a.** Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **b.** Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial"; e **c.** Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Operações de crédito: As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata dia" e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciam amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia". **2.2.3. Ativos fiscais diferidos:** Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos" com reflexo no resultado do período. **2.2.4. Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em doação de pagamento dispostos para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **2.2.5. Redução do valor recuperável de ativos:** A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.2.6. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25. **a.** Contingências ativas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que sugiram a garantia de sua realização, sobre as quais não existem meios recursos. Não existem contingências ativas para 31 de dezembro de 2023. **b.** Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. **c.** Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **2.2.7. Provisão**

para garantias financeiras prestadas: A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016.

2.2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exatidão, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

2.2.9. Imposto de renda e contribuição social: A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020 e a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da Contribuição Social será de 20% de acordo com esta Medida Provisória. Em 28 de abril de 2022 a Medida Provisória 1.115 elevou a alíquota da Contribuição Social para 21% de 1º agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

Alíquota da Contribuição Social

Vigência	2023	2022
1/03/2020 a 30/06/2021	15%	15%
1/07/2021 a 31/12/2021	20%	20%
1/01/2022 a 31/07/2022	21%	21%
1/08/2022 a 31/12/2022	20%	20%

A partir de 1/01/2023

2.2.10. Resultado por ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. **2.2.11. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeira. As rendas e os encargos são apropriados em razão da efetivação de seus prazos. **2.2.12. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por: **a.** Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e **b.** Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa:		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Disponibilidades	878	396	
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	364.023	348.065	
Caixa e equivalentes de caixa	364.901	348.461	

(a) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	2023	2022
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro	-	15.119
- Letras do Tesouro Nacional	351.800	320.683
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas	12.223	12.263
Total	364.023	348.065

4. Operações de crédito:
A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

	2023	2022
a) Por tipo de operações		
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	221.609	225.904
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(8.534)	(2.139)
Total	213.075	223.765

	2023	2022
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	128.284	105.730
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.331)	(925)
Total	125.953	104.805
Total	339.028	328.570

b) Por atividade econômica

	2023	2022
Setor privado		
Indústria	14.504	48.926
Comércio	6.756	10.784
Serviços	298.347	250.047
Pessoas físicas	30.286	21.877
Total	349.893	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
BANCO TRICURY S.A. - C.N.P.J. nº 57.839.805/0001-40
Aos Acionistas e Administradores do Banco Tricury S.A. - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Tricury S.A. ("Banco")...

LEILÃO ESPECIAL
Leilão Somente On-line 28/03/2024 11h
LEILÃO ESPECIAL DE VESTUÁRIO
Roupas diversas, calçados, acessórios pelo menor valor do mercado
CONFIRA
Condições de pagamento: À VISTA (condições no edital).

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 56, Mooca, São Paulo/SP...

EDITAL DE LEILÃO - PROCESSO Nº 0008867-51-2009.8.26.0071 - 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BAURUR DO ESTADO DE SÃO PAULO - BEM: UM PRÉDIO DE ALVENARIA DE TIJOLÓIS...

HASTAVIP www.hastavip.com.br | 11 3093-5251
EXTRATO DE LEILÃO ELETRÔNICO JUDICIAL
A Dra. Adriana Tayano Fanton Furukawa, MMa. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Sorocaba/SP, na forma da lei, FAZ SABER...

1ª Vara Judicial da Comarca de Agudos - SP - Edital de 1º e 2º LEILÃO de bem(ns) imóvel(s) e de intimação do(s) executado(s): DRAGAO SOL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA (CNPJ 05.586.404/0001-22)...

Anúncie:
comercial@gazetasp.com.br

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL - ONLINE no site www.satoleiloes.com.br. TATIANA HISA SATO, Leloeira Oficial - mat. Juceesp nº 817, autorizada por GRUPO PÃO DE AÇÚCAR - CNPJ nº 47.508.411/0078-35...

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS | Comitente vendedor: GRUPO PÃO DE AÇÚCAR - CNPJ nº 47.508.411/0078-35. O leilão será realizado dia 27 de Março de 2024 às 15:00 horas conforme o horário de Brasília, no site www.satoleiloes.com.br...

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEL | Comitente vendedor: BANCO BMG S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74. O leilão será realizado dia 11 de Março de 2024 às 15:00 horas conforme o horário de Brasília, no site www.satoleiloes.com.br...

Leilões & Negócios
As principais ofertas de leilão você encontra aos sábados na Gazeta
Gazeta de S. Paulo
Justiça do Trabalho realiza leilão no exterior paulista